

ESTUDOS DE
SEMÂNTICA

TÍTULO	Estudos de Semântica
COORDENAÇÃO	Purificação Silvano António Leal
EDITOR	Faculdade de Letras da Universidade do Porto Centro de Linguística da Universidade do Porto
CONCEÇÃO GRÁFICA	Invulgar - Artes Gráficas
ANO DE EDIÇÃO	2015
TIRAGEM	150 exemplares
ISBN	978-989-8648-42-6
DEPÓSITO LEGAL	403155/15

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projeto Pest - OE/LIN/UI0022/2014

Tipos de genericidade¹

Fátima Oliveira
Luís Filipe Cunha

1. Introdução

Desde Krifka *et al.* (1995), as construções que envolvem genericidade têm sido associadas, na literatura, quer à possibilidade de generalizar sobre indivíduos – caso em que se encontram envolvidos termos de espécie (cf. (1)) – quer à generalização sobre situações – caso em que obtemos as designadas frases caracterizadoras (cf. (2)). Tem sido também largamente reconhecido que são múltiplos os fatores linguísticos que, de alguma forma, interferem neste tipo de estruturas, destacando-se o papel desempenhado pelos tempos gramaticais, pela natureza aspetual básica das situações ou pelo tipo de predicados, (cf. Carlson, 1989; 1995; Chierchia, 1995; Delfitto, 2002; Oliveira & Cunha, 2003, e.o).

- (1) Os lobos são cinzentos.
- (2) A Maria joga ténis.

No entanto, uma mera bipartição das construções genéricas em estruturas que generalizam sobre indivíduos e estruturas que generalizam sobre situações acaba por se revelar insuficiente face a dados como os apresentados nas seguintes frases:

- (3) A Maria fuma.
- (4) # O Jorge dorme.
- (5) A Maria fuma todas as tardes.
- (6) O Jorge dorme todas as tardes.

Tendo em conta que, nas frases sob análise, os contrastes, em termos de aceitabilidade, não podem ser explicados nem com base em diferenças ao nível dos tempos gramaticais selecionados, na medida em que em todas elas figura

¹ Este texto foi publicado anteriormente em Costa, A.; Falé, I. e Barbosa, P. (orgs.), *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística – Textos Selecionados*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2011, pp.446-459.

o Presente do Indicativo, nem com base em divergências no que diz respeito à natureza aspetual das predicções básicas envolvidas, visto que em todas elas estão representados processos, nem ainda com base na diferença de tipo de predicados, pois todos são, na origem, predicados *s-level*, colocaremos a hipótese de que aqui estarão em causa diferentes tipos de genericidade. Em particular, assumiremos que existem diferenças significativas entre as frases em que não existe quantificação de situações explicitamente marcada (cf. (3)-(4)) – caso em que assumiremos que são atribuídas propriedades aos nominais em posição de sujeito² – e as frases que integram expressões que quantificam sobre intervalos de tempo ou sobre situações (cf. (5)-(6)) – caso em que é veiculada a simples repetição de eventualidades.

Partindo da ideia de que existe uma efetiva diferença entre frases que atribuem propriedades através da generalização sobre situações e frases que meramente veiculam hábitos ou recorrência de eventualidades episódicas, procuraremos descrever adequadamente contrastes como os que se observam entre (4) e (6); uma tal assunção, no entanto, conduzir-nos-á à necessidade de redefinir os vários tipos de genericidade, que, como veremos, estabelecem entre si uma interação dinâmica e complexa.

2. Atribuição de propriedades: predicados de propriedades gerais e predicados de propriedades diferenciadoras

Se assumirmos que frases como as representadas em (7)-(10) veiculam unicamente repetição de situações, seremos incapazes de explicar adequadamente a anomalia patenteada em (8) e (10). Na realidade, nada impede, à partida, a repetição de diferentes situações de “o Jorge dormir” ou de “o João comer”:

- (7) A Maria fuma.
- (8) # O Jorge dorme.
- (9) A Rita canta.
- (10) # O João come.

Frases como estas parecem, de modo geral, atribuir diretamente propriedades aos indivíduos representados pelos nominais na posição de sujeito. Na realidade, as paráfrases adequadas para (7) e (9) serão as que apresentamos em (7') e (9'), em que são explicitamente atribuídas propriedades à Maria e à Rita, respetivamente.

- (7') A Maria é fumadora.
- (9') A Rita é cantora.

Como explicar, então, a estranheza observada em (8) e (10)?

Como ponto de partida, assumiremos que, em frases genéricas, uma propriedade só poderá ser atribuída a um dado indivíduo (ou espécie) se contribuir, de alguma

² Relativamente à interpretação genérica de expressões nominais, limitamo-nos, no presente trabalho, a considerar os SDets em posição de sujeito.

forma, com informação relevante para a sua caracterização (cf. Krifka *et al.*, 1995; Krifka, 2004, e.o). Por outras palavras, a propriedade em questão deve descrever características que se aplicam apenas a algumas entidades, sejam estas indivíduos ou espécies, na medida em que a sua atribuição supõe um certo “contraste”, i.e., a possibilidade de ser concebida como uma característica distintiva.

Este facto explicaria as divergências de aceitabilidade patenteadas por (7) e (8), por (9) e (10) ou ainda por (11) e (12), envolvendo espécies, em que argumentação semelhante se aplica: enquanto (7) nos fornece informação relevante sobre a Maria, caracterizando-a como fumadora, (8) revela-se, em certa medida, irrelevante, tendo em conta que sabemos que todos os seres humanos (e, consequentemente, o Jorge) partilham a propriedade de dormir. Paralelamente, (11) mostra-se uma frase aceitável, visto que mugir é uma propriedade relevante unicamente para certas espécies animais particulares, permitindo distingui-las de muitas outras; já (12) provoca alguma estranheza, dado que a propriedade descrita por *deslocar-se* parece ser considerada comum à grande maioria das espécies animais, não sendo, consequentemente, veiculada qualquer informação útil neste contexto.

(11) As vacas mugem.

(12) # As vacas deslocam-se.

Propomos, assim, a necessidade de distinguir entre predicados de propriedades gerais e predicados de propriedades diferenciadoras. Os primeiros descrevem características comuns à generalidade das entidades a que se aplicam, não permitindo estabelecer o contraste entre um dado indivíduo ou espécie e outros indivíduos ou espécies. Como resultado, as frases em que comparecem são, à partida, anómalas (ou, pelo menos, bastante estranhas), na medida em que não veiculam informação relevante. Os predicados de propriedades diferenciadoras, por seu lado, descrevem características que não são partilhadas pela generalidade das entidades a que se podem aplicar, possibilitando contrastar um dado indivíduo ou espécie com outros indivíduos ou espécies. Nesse sentido, dão origem a frases perfeitamente gramaticais, já que a informação veiculada se revela, de alguma forma, relevante.

Se uma propriedade se constitui como distintiva em relação a uma dada espécie, i.e., se mostra capaz de diferenciar uma espécie relativamente a outras, é expectável que venha a ser concebida como geral em relação aos indivíduos que a formam, tendo em conta que é necessariamente partilhada por todos eles. Como consequência, e seguindo a linha de análise que temos vindo a desenvolver, quando aplicada à espécie, essa propriedade, dado que é distintiva, dará origem a construções perfeitamente aceitáveis mas, quando atribuída aos indivíduos particulares que a constituem, sendo de natureza geral, ocasionará tipicamente alguma estranheza. Esta predição parece estar, de facto, correta, como os exemplos seguintes nos comprovam, podendo ser considerada como mais um argumento em favor da proposta que acabámos de avançar.

(13) Os rios fluem.

(14) # O Cávado flui.

(15) As vacas mugem.

(16) # A Mimosa muge.

3. Atribuição de propriedades vs. quantificação de situações

Como acabámos de observar, frases que integram predicados que expressam propriedades gerais ocasionam, à partida, uma certa estranheza, como os exemplos (17) e (18) nos comprovam. No entanto, em contextos envolvendo configurações semelhantes, mas em que figuram explicitamente quantificadores sobre situações, as estruturas tornam-se perfeitamente aceitáveis, como (19)-(22) ilustram.

- (17) # O Jorge dorme.
- (18) # A Maria chora.
- (19) O Jorge dorme todas as tardes.
- (20) Quando vai a Estrasburgo, o Jorge dorme no Hotel des Arts.
- (21) A Maria chora todas as noites.
- (22) Sempre que vê um filme comovente, a Maria chora.

Frases como as apresentadas em (19)-(22), contrariamente ao que sucede com (17) e (18), não deverão ser concebidas como atribuindo diretamente propriedades gerais aos indivíduos que nelas se encontram envolvidos; se fosse esse o caso, tratando-se de propriedades gerais, uma forte estranheza ao nível da sua interpretação seria o único resultado esperado. Consideraremos, pois, que a presença de quantificadores sobre situações se aplica aos predicados *s-level* básicos, dando origem a uma leitura de repetição ou de recorrência das eventualidades em causa. A esta interpretação, que expressa unicamente um dado padrão de repetição de situações sem, no entanto, implicar a atribuição direta de propriedades a indivíduos ou espécies, daremos o nome de habitualidade.

A confirmar esta nossa linha de análise estão as frases que integram termos de espécie. Na verdade, na ausência de quantificadores sobre situações, a leitura de espécie é normalmente preservada, quer estejamos perante predicados que atribuem propriedades gerais (cf. (23)), quer nos encontremos face a predicados que atribuem propriedades distintivas (cf. (24)). Pelo contrário, quando são explicitamente introduzidos quantificadores sobre situações, embora as estruturas sejam, à partida, perfeitamente aceitáveis, a leitura de espécie para o SDet em posição de sujeito parece, em condições normais, ser bloqueada, sendo “as vacas” preferencialmente interpretado como um conjunto particular de indivíduos (cf. (25)-(26)).

- (23) # As vacas descansam.
- (24) As vacas mugem.
- (25) As vacas descansam todas as tardes.
- (26) As vacas mugem todas as tardes.

Se assumirmos, com Carlson (1977a), que, tendencialmente, os predicados *s-level* não são compatíveis com termos de espécie, obteremos uma explicação plausível para o tipo de interpretação atribuído a (25) e (26): descrevendo a simples repetição de situações episódicas, estas estruturas não vão permitir o licenciamento de uma leitura de espécie para o SDet na posição de sujeito, sendo a interpretação que remete para um simples conjunto de indivíduos a única possibilidade disponível.

Sublinhe-se, por outro lado, que existe uma certa variação no que respeita ao tipo de quantificadores que podem ou não coocorrer com certos predicados. No entanto, tais restrições parecem ter mais a ver com o nosso conhecimento do mundo e com a forma como percebemos a repetição das situações do que propriamente com a (im)possibilidade de quantificar sobre determinados tipos de eventualidades. Contrastem-se, a este respeito, os exemplos de (27)-(29), todos descrevendo a atribuição de propriedades gerais e, como tal, bastante estranhos, com os de (30)-(32), em que podemos observar uma grande variabilidade no que se refere às restrições de compatibilidade com diferentes tipos de expressões que quantificam sobre situações.

- (27) # O João tosse.
- (28) # O Jorge dorme.
- (29) # A Maria respira.
- (30) O João tosse habitualmente / todos os dias / todas as tardes.
- (31) O Jorge dorme # habitualmente / # todos os dias / todas as tardes.
- (32) A Maria respira # habitualmente / # todos os dias / # todas as tardes.

Dadas as grandes variações de aceitabilidade patenteadas nos exemplos (30)-(32), parece ser lícito concluir que as restrições impostas à ocorrência dos quantificadores sobre eventualidades são, em certa medida, independentes do facto de estarmos perante predicados que descrevem propriedades gerais. Na realidade, comparando as diferentes predicções entre si e as consequências que resultam da aplicação das diversas expressões quantificacionais, o que aqui parece estar em causa será a duração inerente aos intervalos de tempo associados às propriedades veiculadas pelo significado dos verbos envolvidos. Assim, o intervalo ocupado pela situação descrita por “respirar” parece ser necessariamente bem maior do que aquele que é tipicamente relacionado com “tossir”. Este diferencial na duração dos intervalos que acompanham as eventualidades vai ter, como é óbvio, importantes consequências ao nível das possibilidades de delimitação das suas porções relevantes e, nesse sentido, nas restrições em termos de quantificação a que cada uma delas estará sujeita.

Visto que o intervalo ocupado por “respirar” é tipicamente de muito longa duração, torna-se difícil delimitar porções independentes suscetíveis de serem quantificadas; como consequência, surgem grandes restrições quando se procura compatibilizar este tipo de predicado com expressões quantificacionais (cf. (32)). Já “tossir” descreve uma situação cuja duração é muito pequena, o que facilita a sua delimitação e, como tal, abre caminho a uma grande variedade de formas de quantificação (cf. (30)).

Para além da duração dos intervalos associados às eventualidades em questão, parecem também estar envolvidos outros fatores, como os padrões expectáveis em que uma dada situação ocorre (cf. a aceitabilidade de “O Jorge dorme todas as tardes vs. a estranheza de “# O Jorge dorme todas as noites”).

Sublinhe-se, no entanto, que, mesmo um predicado como “respirar”, que, como vimos, se mostra bastante restritivo no que se refere à combinação com expressões quantificacionais, pode, em contextos apropriados, ser quantificado, dando origem a construções de repetição de situações, tal como ilustrado em (33), caso em que manifestamente é possível reconhecer intervalos relevantes ou ‘visíveis’ entre as

diferentes eventualidades de “respirar” descritas:

(33) Quando vem à superfície, a baleia respira.

Finalmente, observe-se que, embora fatores pragmáticos possam desempenhar aqui um papel importante (em particular a ideia de que a “afirmação do óbvio” é, em circunstâncias normais, evitada), teremos sempre de recorrer à distinção semântica entre propriedades gerais e propriedades diferenciadoras para dar conta deste tipo de divergências. Na realidade, apenas interpretamos como “óbvias” – e, nesse sentido, conversacionalmente inadequadas – as frases que envolvem propriedades gerais, i.e., propriedades comuns aos indivíduos ou espécies envolvidos; se as propriedades são diferenciadoras, então as construções revelam-se aceitáveis. Ou seja, os efeitos pragmáticos (de (in)adequação discursiva) observados parecem derivar, de alguma forma, das características das propriedades selecionadas.

3.1. Diferenciação entre propriedades distintas e quantificação habitual sobre situações

Uma outra consequência decorrente desta nossa abordagem passaria pela necessidade de distinguir interpretações diferenciadas para estruturas envolvendo atribuição de propriedades distintas e quantificação habitual sobre situações. Dado que, neste caso, ambas as configurações são perfeitamente aceitáveis, deverão existir divergências no que respeita à sua interpretação. Contrastem-se (34) e (35), em que não figuram explicitamente quaisquer quantificadores, com (36) e (37), em que estes se encontram representados:

(34) A Maria fuma.

(35) A Rita canta.

(36) A Maria fuma habitualmente.

(37) A Rita canta habitualmente.

Parecem, de facto, existir algumas diferenças, em termos de interpretação, entre estes pares de exemplos: assim, (34) e (35) atribuem à Maria a propriedade de ser fumadora e à Rita a propriedade de ser cantora, respetivamente, sem, no entanto, fazerem referência direta à quantidade de situações necessária para que essa propriedade lhes possa ser conferida (embora, obviamente, a atribuição da propriedade dependa, em última instância, de um dado padrão de repetição de situações); já (36) e (37), não requerendo obrigatoriamente que a Maria seja fumadora ou que a Rita seja cantora, veiculam simplesmente a informação de que a Maria está envolvida num conjunto de situações de fumar e que a Rita se encontra envolvida num conjunto de situações de cantar, que, neste contexto, constituem hábitos recorrentes.

Observe-se que em (34) e (35) a atribuição de propriedades parece ser, em certa medida, realizada independentemente do número concreto de situações efetivamente ocorridas: o facto de a Maria ser fumadora não obriga a que tenha de fumar muitas vezes. Já em (36) e (37) está em causa informação relativa a um dado conjunto concreto de eventualidades: sob esse ponto de vista, a Maria terá de estar envolvida

num número significativo de situações de fumar para que (36) descreva um estado de coisas verdadeiro.

O par de exemplos que se segue parece-nos ser ainda mais elucidativo a este respeito:

(38) O Pedro conduz.

(39) O Pedro conduz habitualmente.

Para que uma frase como (38) possa ser considerada verdadeira, será, em princípio, suficiente que o Pedro esteja habilitado para conduzir, independentemente do número efetivo de ocorrências da eventualidade em questão (embora, à partida, deva haver um número mínimo de tais ocorrências); já em (39), a recorrência ou a repetição da situação descrita parece desempenhar um papel bem mais relevante no que respeita à interpretação final da predicação. Por outras palavras, assumiremos que, enquanto uma frase como (38) dá conta de uma generalização sobre um conjunto de ocorrências de uma eventualidade – generalização essa que se traduz na atribuição de uma propriedade a um indivíduo –, (39) limita-se a apresentar um determinado padrão de repetição da situação em causa, perspetivando-a como um hábito.

Tomando como ponto de partida os vários exemplos que acabámos de discutir, propomos a seguinte hipótese de generalização para predicções no Presente do Indicativo ou no Imperfeito integrando predicados eventivos de tipo *s-level*³ (para uma proposta de análise divergente, cf. Rimell, 2002).

- Quando uma predicação não integra quantificadores explícitos sobre situações, são diretamente atribuídas propriedades (gerais ou distintivas) aos indivíduos (e eventualmente às espécies) denotados pelo argumento externo da frase.
- Quando uma predicação integra quantificadores explícitos sobre situações, do género de *todos os X* ou de *habitualmente*, é atribuído um hábito – concebido como recorrência ou repetição de uma dada eventualidade – aos indivíduos (e eventualmente às espécies) denotados pelo argumento externo da frase.

4. O papel dos tempos gramaticais

Dado que os diferentes tipos de genericidade nas frases que temos vindo a analisar derivam, em grande medida, de operações realizadas sobre predicados básicos de natureza *s-level*, não surpreende que os tempos gramaticais desempenhem aqui um papel fundamental. Nessa medida, iremos discutir, ainda que brevemente, algumas das consequências, ao nível semântico, decorrentes do uso do Pretérito Perfeito simples, do Presente e do Imperfeito do Indicativo neste género de contextos.

Quando coocorrem com o Pretérito Perfeito simples, tanto os predicados de tipo

³ Embora reconheçamos a sua importância central na interpretação deste tipo de construções, ignoraremos aqui o papel desempenhado pelos argumentos internos dos verbos, dado que a sua consideração implicaria necessariamente um estudo aprofundado acerca da relação entre o tipo de nominal selecionado e a forma como este afeta a leitura final da predicação, o que está fora do âmbito do presente trabalho.

s-level quanto os predicados de natureza *i-level* parecem manter as suas propriedades básicas inalteradas. Isto significa que, tipicamente, não obtemos interpretações genéricas na presença deste tempo gramatical, salvo se estiverem em causa termos de espécie combinados com predicados de indivíduo (cf. (44)).

A interpretação episódica das predicacões é a preferencial com eventos (cf. (40)-(42)), não sendo possível, nesses casos, conferir uma leitura de espécie aos nominais na posição de sujeito (cf. (42)).

Por outro lado, tratando-se de configurações de natureza episódica, não se verificam restrições quanto ao tipo de predicados que nelas podem tomar parte. Em particular, predicados como “comer” que, em contextos de atribuição de propriedades gerais, são bloqueados, comparecem, sem problemas, em frases com o Pretérito Perfeito simples (cf. (41)).

Quando combinados com indivíduos, os predicados de natureza *i-level* atribuem-lhes, como habitualmente, uma propriedade de forma direta (cf. (43)), tal como sucede com os termos de espécie (cf. (44)), embora só neste último caso se possa falar verdadeiramente em construções de tipo genérico – aqui o operador de genericidade aplica-se aos indivíduos e não às situações, tal como proposto em Krifka *et al.* (1995).

- (40) A Rita cantou.
- (41) O João comeu.
- (42) As vacas mugiram.
- (43) A Maria foi alta.
- (44) Os gatos persas foram corpulentos.

Se assumirmos, tal como em Cunha (2004), que o Pretérito Perfeito simples é um tempo gramatical relativamente “neuro” em termos da informação aspetual que veicula, obteremos uma explicação adequada para os dados que acabámos de observar. Em particular, a ausência de transformação aspetual associada ao Pretérito Perfeito simples estará na base da estabilidade das interpretações *s-level* conferidas aos predicados de natureza eventiva.

Quando, em contextos semelhantes, surge o Presente do Indicativo ou o Imperfeito, os resultados obtidos são bem diferentes, como veremos na próxima subsecção deste trabalho. Ao alterarem o perfil aspetual básico dos eventos com que se combinam no sentido da sua estativização, sobretudo graças à possibilidade de recorrência ou de repetição de situações, estes tempos gramaticais vão facilitar interpretações em que está em causa a atribuição de propriedades aos indivíduos.

4.1. Os tempos relevantes: o Presente e o Pretérito Imperfeito

Ao propiciar uma interpretação tendencialmente estativa para os eventos a que se aplica, através de uma leitura que envolve a recorrência ou a repetição de situações, o Presente do Indicativo vai permitir a atribuição direta de propriedades aos indivíduos nas predicacões em que comparece. É o que sucede nos exemplos (45) e (46), devendo-se as divergências de aceitabilidade ao facto de estarmos perante uma propriedade distintiva em (45) e face a uma propriedade geral em (46).

É igualmente a possibilidade de atribuição direta de propriedades associada à emergência de uma leitura estativa que licencia a presença de termos de espécie na posição de sujeito em construções como as de (47): dado que os predicados de tipo *s-level* não se combinam tipicamente com termos de espécie, a interpretação desta frase indicia que o Presente do Indicativo altera significativamente as propriedades aspetuais dos eventos básicos com que coocorre.

Sublinhe-se, finalmente, que com predicados de natureza *i-level* o Presente do Indicativo não desencadeia grandes alterações em termos aspetuais. Assim, em (48) é conferida uma propriedade diretamente a um indivíduo, enquanto (49) envolve a atribuição de uma propriedade a uma espécie.

- (45) A Rita canta.
- (46) # O João come.
- (47) As vacas mugem.
- (48) A Maria é alta.
- (49) Os tigres são corpulentos.

O Imperfeito encontra-se envolvido em estruturas inteiramente paralelas às que integram o Presente do Indicativo, diferindo apenas o tipo de informação de localização temporal veiculada. Assim, quando estão em causa eventos básicos, assistimos a importantes alterações de índole aspetual, que passam pela estativização a partir da repetição das situações, o que irá ter como consequência a possibilidade de atribuição direta de propriedades a indivíduos (cf. (50)-(51)) ou a espécies (cf. (52)). Mais uma vez, apenas a atribuição de propriedades distintivas dá origem a frases perfeitamente aceitáveis (cf. (50)), enquanto a atribuição de propriedades gerais ocasiona uma certa estranheza no que diz respeito à interpretação da predicação em questão (cf. (51)).

O Imperfeito, nestes casos, difere do Presente por localizar as predicções num intervalo do passado ou por não atribuir a propriedade (no presente) devido ao facto de o indivíduo não continuar a existir (cf. Oliveira, 2004).

Quando estão representados predicados de indivíduo, o Imperfeito, tal como o Presente do Indicativo, não promove quaisquer alterações ao nível aspectual na predicação em que comparece, podendo ocorrer em contextos de atribuição direta de propriedades tanto a indivíduos (cf. (53)) quanto a espécies (cf. (54)).

- (50) A Rita cantava.
- (51) # O João comia.
- (52) (Antes de se terem tornado animais terrestres), os pinguins voavam.
- (53) A Maria era alta.
- (54) Os tigres dente-de-sabre eram corpulentos.

5. Tipos de genericidade

De toda a discussão que foi levada a cabo até ao momento, podemos concluir que existem, de facto, diferentes tipos de genericidade, traduzidos em estruturas

linguísticas e comportamentos semânticos bastante divergentes. Assumiremos que são dois os fatores fundamentais no que diz respeito à generalização sobre indivíduos e espécies: a atribuição de propriedades e a repetição de situações.

Tal como observado em Krifka *et al.* (1995), podemos obter interpretações de cariz genérico quando são diretamente atribuídas propriedades a termos de espécie através de predicados de indivíduo, como ilustrado em (55):

(55) As chitas são velozes.

Por outro lado, podemos encontrar construções genéricas que supõem atribuição de propriedades a indivíduos ou a espécies através da generalização sobre situações, desde que a sua natureza seja suficientemente relevante para estabelecer um contraste com outros indivíduos ou espécies, i.e., desde que estejam envolvidas propriedades distintivas (cf. (56)-(57)):

(56) A Cristina dança.

(57) Os gnus pastam.

Finalmente, é possível ainda encontrar estruturas que manifestam a simples repetição de situações, sem que se verifique a atribuição de uma propriedade, tal como ilustrado em exemplos do género de (58). Como observámos atrás, estas configurações envolvem normalmente algum tipo de quantificação ou de modificação explícita das eventualidades básicas representadas.

(58) A Maria compra pão todos os dias.

As construções que, de alguma forma, atribuem diretamente propriedades a indivíduos ou a espécies serão aqui designadas frases caracterizadoras, na medida em que as propriedades em questão se vão constituir como características distintivas dos referidos indivíduos ou espécies.

As construções que, de alguma forma, envolvem repetição ou recorrência de situações serão designadas frases habituais, na medida em que descrevem apenas um hábito, concebido como um simples padrão de repetição de eventualidades, sem consequências ao nível da caracterização dos indivíduos envolvidos (cf. Kleiber, 1987; Rimell, 2002 ou Dobrovie-Sorin, 2002, embora apresentando propostas divergentes).

A necessidade de uma separação clara entre estes dois tipos de genericidade parece ser confirmada pelas interações que se observam no interior das predicções relevantes.

Assim, podemos dizer que nem todas as frases caracterizadoras envolvem habitualidade. É o caso das frases genéricas em que são atribuídas propriedades por meio de predicados de tipo *i-level* a espécies, como ilustrado em (59). Recorde-se, a este respeito, que os predicados de indivíduo não são, por natureza, compatíveis com expressões que quantificam sobre eventualidades (cf. “* A Maria é alta todos os dias / habitualmente”), pelo que, neste género de estruturas, nunca poderá estar representada a habitualidade, concebida como repetição de situações.

(59) As chitas são velozes.

Em contrapartida, nem todas as frases que exprimem habitualidade são obrigatoriamente caracterizadoras, na medida em que podem não atribuir quaisquer propriedades aos indivíduos que nelas comparecem. É o que sucede, por exemplo, em construções como as de (60).

(60) A Maria lê o jornal todos os dias.

É importante notar que, não atribuindo propriedades, as construções que unicamente veiculam habitualidade são impossíveis com termos de espécie, como o exemplo (61), em que apenas é viabilizada uma leitura envolvendo grupos de indivíduos particulares, nos sugere.

(61) Os gnus bebem água no rio todas as manhãs.⁴

Finalmente, é possível constatar que existem frases que parecem combinar os dois tipos de genericidade aqui considerados. É o que sucede em exemplos como (62) e (63), em que as propriedades que caracterizam o indivíduo (i.e. “a Cristina”) ou a espécie (i.e. “os gnus”) são obtidas a partir de uma generalização sobre a repetição de situações episódicas de “dançar” ou de “pastar”, respetivamente. Por outras palavras, estas frases envolvem habitualidade, visto que veiculam, de uma certa forma, repetição ou recorrência de situações; mas, para além disso, são caracterizadoras, tendo em conta que não se limitam a dar conta de uma sucessão de eventualidades mas constroem, a partir dela, uma propriedade capaz de caracterizar os indivíduos ou espécies envolvidos.

(62) A Cristina dança.

(63) Os gnus pastam.

A observação de que predicados como “dançar” e “pastar” são, na origem, eventos de natureza *s-level*, que, nestas construções, estão sujeitos a algum tipo de repetição – o que indicia a presença de quantificação habitual –, em conjugação

⁴ Em resposta ao comentário de um revisor anónimo sobre a possibilidade de em contextos como os de (i) se poder ter uma leitura de espécie, sublinhe-se que, tal como sucede com muitas outras classificações de natureza semântica, o contexto pode produzir comutações ao nível da interpretação final (de espécie ou de indivíduo) dos nominais envolvidos. Assim, se em (61) temos uma clara interpretação que envolve indivíduos, um contexto que force uma leitura de espécie como em (i) viabiliza essa leitura para o SDet “os gnus”, embora seja ainda assim preferencial “de manhã” em vez de “todas as manhãs”:

(i) Ao contrário de outras espécies de herbívoros (que só bebem água no rio ao fim da tarde), os gnus bebem água no rio todas as manhãs/de manhã.

Inversamente, uma frase como (ii), em que a leitura preferencial para o SDet “os gatos” é a de espécie, pode, com a intervenção de outros elementos linguísticos, remeter para uma interpretação em que estão em causa indivíduos particulares, como em (iii):

(ii) Os gatos são traiçoeiros.

(iii) Os gatos da minha vizinha são traiçoeiros.

com o licenciamento de uma leitura de espécie para o SDet “os gnus” em (63) e com a possibilidade de uma paráfrase como “A Cristina é dançarina” para (62) – indiciadores de que existe efetivamente atribuição de propriedades – parecem confirmar a análise que temos vindo a propor para estas estruturas.

6. Conclusões

Ao contrário do que é comumente assumido (cf. e.g. Krifka *et al.*, 1995), a expressão da genericidade não parece poder limitar-se simplesmente à possibilidade de generalizar sobre indivíduos (termos de espécie) e à possibilidade de quantificar sobre situações (frases caracterizadoras).

A viabilização e as restrições interpretativas que observámos para certas frases conduziram-nos à ideia de que a genericidade parece assumir diferentes formas – atribuição direta de propriedades distintivas a espécies, atribuição de propriedades por repetição de situações a espécies e a indivíduos e simples repetição de situações sem atribuição de propriedades.

As diferenças entre estes tipos de genericidade são bem visíveis nas estruturas linguísticas que lhes estão associadas: a presença *vs.* ausência de quantificadores explícitos sobre situações, o licenciamento de termos de espécie e a comparência de certos tempos gramaticais como o Presente ou o Imperfeito do Indicativo revelam-nos contrastes cruciais que nos permitiram fundamentar esta nova divisão no interior das construções que, de uma forma ou de outra, poderão ser consideradas genéricas.